

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Cobrança sobre a PF

O deputado federal gaúcho Sanderson (PL, foto) apresentou requerimento convocando o ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, para dar explicações na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. O alvo são as declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no debate na TV Bandeirantes, quando afirmou que inquéritos contra Flávio Bolsonaro (PL) avançariam após o pleito e que o adversário perderia imunidade. O parlamentar quer saber se houve “orientação, solicitação, determinação, interlocução ou iniciativa destinada a influenciar a atuação da Polícia Federal” contra o candidato e cobra esclarecimentos sobre as medidas do governo para assegurar “a ausência de utilização político-eleitoral” da corporação.



PABLO VALADARES/INVIGACAO/JC

Lulinha em pauta

Sanderson também protocolou um requerimento para convidar a empresária Roberta Luchsinger a prestar depoimento aos deputados federais. O objetivo é ouvi-la sobre denúncias feitas em recente entrevista à imprensa, envolvendo “declarações públicas relativas a supostas ameaças de morte, coação e tentativas de silenciamento” que afirma estar sofrendo. O caso também esbarra no Palácio do Planalto: a empresária citou fatos ligados a investigações sobre Fábio Luís Lula da Silva, o “Lulinha”, e sustentou que as críticas públicas do presidente Lula a ela “teriam incentivado agressões e ameaças de terceiros”. Segundo o deputado, a CSPCCO tem o dever de apurar a segurança da depoente e a possível “intimidação de pessoas relacionadas a investigações”.

Segurança nas quadras esportivas

O deputado federal gaúcho Danrlei de Deus (PSD) apresentou projeto de lei para estabelecer “requisitos mínimos de segurança na construção, instalação e funcionamento” de instalações esportivas públicas e privadas em todo o País. O foco principal da proposta é evitar acidentes graves envolvendo estruturas soltas ou mal fixadas. Pelo texto, os proprietários serão obrigados a manter equipamentos, como “traves, tabelas, postes e similares, de forma fixa ao solo, ou, quando móveis, em condições apropriadas de segurança”. Em caso de descumprimento, as sanções previstas vão de advertência até a “cassação da autorização para funcionamento” do estabelecimento. Na justificativa do projeto, Danrlei alerta para o “elevado número de óbitos relacionado a acidentes em quadras poliesportivas”, citando o histórico trágico de crianças e adolescentes que perdem a vida atingidos por equipamentos sem a devida manutenção.

Lanterna dos investimentos

O Tesouro Nacional divulgou o relatório de execução orçamentária dos estados referente ao quarto bimestre de 2026, e os números evidenciam o estrangulamento do caixa gaúcho. O Rio Grande do Sul registrou o pior desempenho do Brasil na área, aplicando apenas 2% de suas receitas totais em investimentos - ficando na lanterna nacional, atrás de Rondônia (3%). Segundo o boletim do governo federal, o baixo índice “demonstra que a capacidade do Estado investir está relacionada com a capacidade de acumular poupança (receitas maiores que as despesas)”.

PL, PT, PP e MDB se revezarão na presidência do Legislativo

Esquema de rodízio existe há mais de 15 anos no Parlamento gaúcho

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Marcus Meneghetti

marcusv@jcrs.com.br

As quatro maiores bancadas da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul – PL, PT, PP e MDB – eleitas nas eleições de 2026 devem se revezar na presidência da casa a partir de 2027. Cada partido indicará um dos seus deputados estaduais para presidir o Legislativo estadual por um ano.

Em uma nota conjunta das quatro maiores bancadas, os líderes dos partidos sustentam que “essa prática, construída ao longo dos anos, fortalece a autonomia do Poder Legislativo, assegura a convivência democrática entre as diferentes forças políticas e contribui para o equilíbrio institucional, a transparência e o funcionamento da casa”.

Embora gere críticas de partidos com bancadas menores, o re-

vezamento ocorre há mais de 15 anos. Inicialmente, o MDB, o PP, o PDT e o extinto PTB acumulavam o maior número de cadeiras. No entanto, com o crescimento do PT, foi observada a necessidade de realizar acordos pela presidência. Em 2009, Ivar Pavan assumiu o comando do Parlamento

gaúcho pela primeira vez no esquema de rodízio.

A sessão ordinária da tarde desta terça-feira foi realizada sem Ordem do Dia. Não houve quórum na reunião de líderes no fim desta manhã e, com isso, não foi possível deliberar sobre a pauta de votações do plenário.

PAULO GARCIA/ALRS/JC



Sessão não teve votação por falta de quórum na reunião de líderes

União Brasil e PP apoiam reeleição de Alcolumbre

/ SENADO

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), recebeu ontem o apoio formal de União Brasil e PP à reeleição para o comando da casa, num movimento para esvaziar a candidatura da senadora Tereza Cristina (PP-MS).

A iniciativa, no entanto, rachou as bancadas, e parte delas não concorda com a adesão. A votação é individual e secreta.

Dentro do PP, além de Tereza, que pretende manter a candidatura, há senadores como Guilherme Derrite (SP), eleito com apoio da direita e publicamente contrário à reeleição do presidente do Senado, e Dr. Hiran (RR), que representa um estado onde o bolsonarismo é muito forte. A direita fez campanha criticando Alcolumbre por travar impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

A estratégia de Alcolumbre é esvaziar os adversários. A oposição está dividida entre duas candidaturas: de Tereza e do senador Rogério Marinho (PL-RN), que coordenou a campanha de Flávio Bolsonaro à Presidência. A sena-

dora é vista com maior potencial para obter votos ao centro, de partidos que devem compor a base do governo Lula (PT). Já Marinho aposta na maioria de direita eleita na próxima legislatura.

Alcolumbre procurou os presidentes do PP, senador Ciro Nogueira (PI), e do União Brasil, Antônio Rueda, para construir a candidatura desde a vitória do presidente Lula (PT). O argumento é de que é preciso fortalecer o centro político, para que essas siglas parem de perder espaço para grupos mais à direita, como o PL, que terá a maior bancada do Senado ganhando cadeiras em cima dos partidos do centrão.

“Entendemos que a continuidade dessa aliança representa a estabilidade institucional e o equilíbrio político de que o Brasil precisa para seguir avançando nas pautas de interesse da população”, diz a nota, assinada por Nogueira e Rueda.

A vitória de Lula deu novo fôlego ao presidente do Senado, com a mobilização do governo a seu favor. Flávio Bolsonaro descartava uma aliança e pressionava pelo impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal, princi-

palmente Alexandre de Moraes, aliado do presidente do Senado. Cabe ao chefe do Legislativo dar início ao processo de afastamento dos ministros.

Nogueira declarou o apoio à revelia de Tereza e de outros parlamentares do PP. A ideia é que a adesão seja do partido, e que a bancada se manifeste num segundo momento. Procurado pela reportagem, ele não comentou. Os senadores eleitos devem se encontrar com Alcolumbre na tarde de hoje para ouvi-lo.

Tereza Cristina fez campanha para Flávio Bolsonaro e, por isso, se enfraqueceu no centrão como alternativa. Ela era a favorita do grupo num cenário com o candidato do PL eleito presidente.

Com o resultado do 2º turno, porém, lideranças do grupo passaram a considerar que Alcolumbre seria o melhor nome para unir a Casa e ainda manter diálogo com Lula.

Um dos movimentos que ocorre paralelamente é o do ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL), que foi eleito para o Senado. Segundo aliados, ele almeja presidir a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no próximo biênio.

Desde 1980 protegendo
a inovação para você
construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade

in @ f www.sko.com.br | 51 3342.9323